

# COGITATIVA E PLASTICIDADE DO *ETHOS*

## The Cogitative Power and the Plasticity of *ethos*

*Lamartine de Hollanda Cavalcanti Neto*<sup>1</sup>

### **Resumo**

A plasticidade do *ethos* é um tema interdisciplinar que, sob certo aspecto, pode ser considerado como um objeto de estudo novo e antigo ao mesmo tempo. Novo, porque pesquisas realizadas em bases de dados internacionais ainda encontram muita dificuldade para identificar trabalhos diretamente voltados para o assunto, e antigo, porque atrai a atenção dos estudiosos, ao menos de forma tangencial, desde há muito tempo. Seu exame, entretanto, pode ajudar a aprofundar a compreensão de vários processos que são do interesse da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia Social. O presente artigo tem por objetivo dar sequência a anteriores trabalhos nossos sobre a matéria, enfocando mais especificamente o papel da potência cogitativa e do instinto de sociabilidade na formação, no desenvolvimento e nas modificações do *ethos*. Servimo-nos da Psicologia Tomista como instrumento de estudo, dada a utilidade que ela tem apresentado em nossas anteriores investigações. Palavras-chave: Psicologia Social; Psicologia Tomista; plasticidade do *ethos*; cogitativa; instinto de sociabilidade.

### **Abstract**

The plasticity of *ethos* is an interdisciplinary subject that, in a certain sense, can be considered both a new and an old object of study. New, because surveys conducted in international databases still find it very difficult to identify works that are directly related to the subject. And old, because it has attracted the attention of scholars, at least tangentially, since ancient times. Its examination, however, can help to deepen the understanding of several processes that are of interest to Philosophy, Sociology and Social Psychology. This article is aimed at following up my previous works on the subject, focusing more specifically on the role of the cogitative power and the instinct of sociability in the formation, development and modifications of *ethos*. I use Thomistic Psychology as a tool of study, given the usefulness it has shown in my aforementioned previous investigations. Keywords: Social Psychology; Thomistic Psychology; plasticity of *ethos*; cogitative power; instinct of sociability.

---

1) Médico psiquiatra, professor de Psicologia no Instituto Filosófico Aristotélico-Tomista, especialista em Teologia Tomista pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro, doutor em Bioética pelo Centro Universitário São Camilo e pós-doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo. O presente artigo é uma versão revista e adaptada do trabalho intitulado “Plasticidade do *ethos* e instinto de sociabilidade: um enfoque psicossocial tomista”, apresentado pelo autor no XV Congresso Internacional Virtual de Psiquiatria – Interpsiquis 2014, em fevereiro do mencionado ano.

## **Introdução**

É fato de observação comum que tanto os indivíduos quanto os grupos sociais tendem a constituir um conjunto de valores, opiniões e critérios que condicionam<sup>2</sup> decisivamente seu comportamento, suas escolhas, suas atitudes, seus hábitos e costumes, a ponto de formar uma espécie de ambiente ético-criteriológico-psicossocial para si mesmos. As ciências que se ocupam do ser e do acontecer humano não tardaram em dar um nome para esse processo: chamam-no de *ethos*. Tal conceito, entretanto, não é unívoco. Termo polissêmico desde sua origem na Antiguidade Clássica, sua precisa definição é motivo de discussões teóricas até hoje.<sup>3</sup>

Tentando conjugar os aportes dessas discussões conceituais, e levando em consideração que o presente enfoque com que se aborda a noção de *ethos* propende para o psicológico-social, além do filosófico, podemos ensaiar um conceito para ele como sendo um “conjunto de critérios e concepções ético-morais de um indivíduo ou de um grupo social que condiciona os seus valores, tendências, atitudes, costumes, cultura e demais processos comportamentais e sociais”.<sup>4</sup>

Lima Vaz,<sup>5</sup> ao discorrer sobre o *ethos*, propõe que ele seja dotado das seguintes propriedades: dualidade estrutural, moradia ou ambiente simbólico, tendência (básica) para a estabilidade, assimilatividade, transmissibilidade, historicidade e plasticidade. No presente estudo, a atenção estará focada apenas nesta última, remetendo ao mencionado autor o leitor interessado nas demais características.

A plasticidade é a propriedade que o *ethos* tem de ser mutável, transformável e até moldável, intencionalmente ou não. Não é preciso ser muito observador para constatar que as pessoas e os grupos sociais variam constantemente de opiniões, atitudes, valores, de *ethos*, enfim, ainda que com intensidades, frequências e periodicidades diferentes. Mesmo que haja pessoas ou grupos

---

2) Para efeitos de desambiguação, convém esclarecer que o verbo “condicionar” é empregado, neste artigo, sempre na acepção com que é usado na linguagem corrente, e não no sentido técnico, que lhe pode ser atribuído no behaviorismo clássico ou no skinneriano, por exemplo.

3) Não serão apresentadas aqui mais considerações sobre o conceito de *ethos*, visto que tais apreciações já foram desenvolvidas em trabalho anterior que poderá ser consultado pelo leitor interessado (CAVALCANTI NETO, Lamartine de Hollanda. *Contribuições da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do ethos*. 2v. Tese (Doutorado em Bioética) – Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://philpapers.org/rec/CAVCDP-2>>).

4) *Ibid.*, p. 364.

5) LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Escritos de filosofia IV*. Introdução à ética filosófica 1. São Paulo: Loyola, 1999, p. 17; 35.

sociais com *ethe* muito estáveis – modalidade que se enquadra também, aliás, como uma de suas propriedades –, essa estabilidade não chega ao ponto de impedir a plasticidade.

Tal plasticidade tem como consequência mudanças que apresentam resultados de maior ou menor monta, em maior ou menor intervalo de tempo, podendo variar desde simples substituições de hábitos musicais ou indumentários, por exemplo, até grandes transformações sociais, culturais, econômicas e políticas, nem sempre isentas de derramamento de sangue. Onde se depreende a importância do seu estudo.

A plasticidade do *ethos* é, entretanto, um tema muito amplo. Por essa razão, neste artigo, a atenção estará preferentemente voltada para um de seus principais aspectos, que é o papel da potência cogitativa e do instinto de sociabilidade na sua gênese e desenvolvimento.

### ***Exame de uma objeção preliminar***

Primordialmente, parece conveniente examinar uma objeção que o tema pode suscitar. Um estudioso da Filosofia, da Psicologia, da Antropologia ou da Sociologia poderia questionar a objetividade do conceito de plasticidade do *ethos*, ou até mesmo a sua existência enquanto fenômeno ou objeto de estudo. Pois se ele existisse e/ou tivesse a importância atribuída nos parágrafos anteriores, seria de se esperar que houvesse um considerável número de estudos acadêmicos expressamente voltados para a temática.

De fato, um exaustivo levantamento bibliográfico que tivemos ocasião de realizar a esse respeito, entre 2011 e 2012, revelou surpreendente escassez de estudos com tal característica. Posteriores levantamentos, ainda que menos exaustivos, continuaram a ter semelhantes resultados, revelando de lá para cá, entretanto, um paulatino aparecimento de trabalhos relacionados com o assunto.

Naquela ocasião, consultamos 11 bases de dados informatizadas internacionais,<sup>6</sup> servindo-nos do unitermo “plasticidade do *ethos*”, e repetimos a busca em 7 dessas bases de dados com vários unitermos conexos (tais como: metamorfoses do *ethos*, transformações no *ethos*, mutabilidade

---

6) As bases de dados consultadas foram as seguintes: *American Anthropological Association* (AAANET), *American Psychological Association* (APA), *Cognitive Sciences Eprint Archive* (COGPRINTS), *Japanese Institutional Repositories On Line* (JAIRO), *Journal Storage* (JSTOR), *United States Library of Congress*, *Science Direct*, *Scopus*, *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal* (REDALYC), *Philosophers' Index*, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO.ORG).

do *ethos*, transformabilidade do *ethos* e outros). Ambas as pesquisas foram realizadas em seis idiomas diferentes.<sup>7</sup> Tal levantamento, no entanto, não nos permitiu identificar nenhum estudo expressamente voltado para o processo que aqui nos interessa – o que não significa que eles não existam, como veremos logo adiante.

Essas buscas foram realizadas em diversos momentos de nossa investigação, ao longo do ano de 2011. Para efeitos de registro e documentação, foram renovadas no final de março de 2012, com exceção das pesquisas nas bases de dados da *USA Library of Congress* e da *Japanese Institutional Repositories Online*, realizadas em junho de 2012, com o fim de ampliar o levantamento. Foram levadas em conta, ainda, peculiaridades gramaticais da língua inglesa que nos obrigaram a consultar vários tradutores e a adaptar a pesquisa com vistas a assegurar a sua abrangência.<sup>8</sup>

O resultado dessa extensa pesquisa, embora não nos tenha permitido concluir que não existiam, em absoluto, trabalhos específicos sobre o tema, facultou-nos, pelo menos, constatar a sua originalidade enquanto objeto de estudo direto ou explícito, o que pareceria confirmar a objeção mencionada há pouco.

A metodologia de estudo, entretanto, quando é verdadeiramente científica, não pode se limitar a apenas um tipo de abordagem, pois todo objeto de pesquisa pode e até deve ser enfocado de diversos modos, sobretudo quando se trata de temas filosóficos.

Uma maneira básica de proceder seria, para servir-nos de uma linguagem analógica, a abordagem “perpendicular” da questão, que é a que tivemos em vista no mencionado levantamento bibliográfico. Outra forma de abordagem poderia ser chamada de “tangencial”, e consistiria na análise da presença ou existência de um tema que perpassa por outros tangencialmente, com “ângulos de incidência” diversos, ainda que de modo indireto, conexo ou apenas relacionado com eles, em diferentes níveis.

Examinada sob esse aspecto “tangencial”, a plasticidade do *ethos* se revela um tema que se faz presente numa quantidade incomensurável de outros. Mais ainda, ela se apresenta como objeto da atenção humana desde tempos imemoriais. Podemos observá-la desde os primórdios do registro historiográfico, como na descrição bíblica das mudanças morais e

---

7) Alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e português. A pesquisa na base de dados japonesa (JAIRO) foi realizada com os unitermos em inglês.

8) Cf. CAVALCANTI NETO. *Contribuições da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do ethos*. Op. cit.

comportamentais dos primeiros seres humanos, bem como em quase todas as outras consignadas ao longo dos diversos livros do Antigo Testamento.<sup>9</sup> Ou ainda nos primeiros códigos legislativos de que se tem notícia, como o de Ur Nammu (cerca de 2050 a.C.), o de Eshnunna (c. 1930 a.C.), ou o de Hamurabi (1700 a.C.), pois não seria necessário haver códigos de conduta se esta não estivesse sujeita a mudanças, em geral precedidas por modificações do *ethos*.

Na Antiguidade grega, pode-se encontrar o tema em trechos ou na estrutura da *Iliada* e da *Odisseia*, de Homero, quando retratam a mutabilidade de critérios éticos muitas vezes subjacentes aos conflitos humanos, militares ou não. Pois, como assevera Vergnières, “não deixa de ser verdade que a ideia de ‘ética’ entendida no sentido de conjunto de costumes coletivos não é estranha a Homero”.<sup>10</sup> Observamo-lo em obras posteriores, como Édipo Rei, ou Prometeu, ou nas tragédias em que Eurípedes (c. 480-406 a.C.) procurava representar as mudanças de valores e tradições dos gregos. Caso passemos da literatura para os filósofos helênicos, também podemos notar a presença da plasticidade do *ethos* desde os mais longínquos pré-socráticos, apesar de a sua filosofia ocupar-se predominantemente com o problema cosmológico.<sup>11</sup>

A partir de Sócrates (c. 469-399 a.C.), cujo pensamento foi registrado em obras de seus discípulos, a consideração do tema torna-se cada vez mais evidente entre os filósofos gregos. Vemo-lo, por exemplo, na alegoria da caverna, na metáfora dos fantoches ou nos escritos de Platão sobre a ética (c. 428/427-348/347 a.C.) e, muito mais ainda, em diversas passagens da vastíssima obra de Aristóteles (384-322 a.C.), em especial na *Ética a Nicômaco*, bem como nos seus livros sobre a Retórica, a Alma ou a Política. Encontramo-lo ainda em diversos sofistas, pois toda a sua atividade persuasiva tomava como pressuposto a mutabilidade de critérios conceituais e éticos dos seus interlocutores.

---

9) Considere-se, a título de exemplo entre incontáveis outros, as mudanças de *ethos* correlacionadas com o Dilúvio, as do povo hebreu nos diversos episódios do Êxodo, do rei Davi e do seu filho Salomão, do mesmo povo hebreu quando da sua tentativa de helenização por Antíoco e a reação liderada pelos Macabeus, etc.

10) VERGNIÈRES, Solange. *Ética e política em Aristóteles: physis, ethos, nomos*. Tradução Constança Marcondes Cesar. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003, p. 15.

11) A demonstração da assertiva ocuparia um espaço que ultrapassaria os limites deste artigo. Sem embargo, ela, assim como as demonstrações de outras afirmações que, por falta de espaço, possam parecer sem sustentação suficiente no presente artigo, já foram fundamentadas em outro trabalho (CAVALCANTI NETO. *Contribuições da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do ethos*. Op. cit.), para o qual remetemos o leitor interessado.

Se nos voltarmos para os clássicos romanos, deparamo-nos com o tema em oradores e literatos como Catão (c. 234-149 a.C.), Catulo (c. 87/84-57/54 a.C.), Cícero (106-43 a.C.), Horácio (65-8 a.C.), Lucrécio (c. 99-55 a.C.), Ovídio (43 a.C.-17/18 d.C.) ou Virgílio (70-19 a.C.), que se singularizaram por saber manipular a mutabilidade do *ethos* de seus ouvintes e leitores. Dentre os filósofos romanos, podemos encontrá-lo em textos de Marco Aurélio (121-180 d.C.), Rufo (30-102 d.C.), Sêneca (4 a.C.-65 d.C.) ou Varrão (116-27 a.C.), entre outros.

O advento do Cristianismo representa um marco histórico para a visibilidade do tema, por conta da profundidade, disseminação e estabilidade das mudanças operadas nos *ethe* dos indivíduos e dos grupos sociais. A paulatina transformação de uma estrutura social baseada na escravidão, na violência e na crueldade, hegemônicas no mundo pagão, em uma sociedade baseada na caridade, é um dos maiores testemunhos da existência da plasticidade do *ethos*. E por isso, todas as obras teológicas, filosóficas, literárias ou artísticas que se ocuparam de tais mudanças não poderiam deixar de se reportar ao assunto, de uma forma ou de outra.

Assim, podemos observá-lo perpassando todo o Novo Testamento, bem como em quase todos os autores que se ocuparam, sob esse prisma, do governo e do aperfeiçoamento do *ethos* e da conduta humana. Notamo-lo particularmente nos escritos dos Padres da Igreja, tanto do Oriente como do Ocidente, dentre os quais se destaca Santo Agostinho (354-430), ele mesmo exemplo vivo dessa mutabilidade do *ethos*, ao transformar-se de pagão e maniqueu em Doutor da Igreja e inspirador do pensamento cristão para os séculos futuros.

A plasticidade do *ethos* não poderia deixar de se fazer notar em muitas das obras características da Idade Média, cujo dinamismo, examinado por medievalistas de peso como Le Goff<sup>12</sup> e Pernoud,<sup>13</sup> fazem-na transparecer não somente nos trabalhos escritos, mas também nas artes, na arquitetura, na organização social e até no imaginário popular.

Com um *ethos* marcado pela transcendentalidade, boa parte dos autores dessa quadra histórica se ocupa de temas que envolvem, em maior ou menor grau, a mutabilidade ética do ser humano, seja sob o enfoque teológico, seja

---

12) LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Tradução Stephania Matousek. Petrópolis: Vozes, 2009.

13) PERNOUD, Régine. *Pour en finir avec le Moyen Âge*. Paris: Seuil, 1977.

sob o filosófico ou o político, como destacam, entre muitos outros, Fernández<sup>14</sup> ou Fraile,<sup>15</sup> a ponto de tornar-se pouco praticável a citação de autores desse período, dada a quantidade de nomes que seria preciso registrar.

A Teologia e a Filosofia escolásticas, marcadas pela vastíssima obra de São Tomás de Aquino (1225/1226-1274),<sup>16</sup> também contemplam a plasticidade do *ethos* sob diversos ângulos, e de tal maneira, que pode servir de referencial teórico para estudá-la.<sup>17</sup>

A ruptura, longamente gestada, da Idade Moderna com o *ethos* medieval refletiu-se, do mesmo modo, na literatura e nas demais manifestações culturais. O retorno, nesse período histórico, aos diversos *ethe* da Antiguidade pagã desligou o *ethos* medievo de suas balizas escolásticas, promovendo uma revolução nas tendências, nos costumes, nas ideias, nas artes, na política e nas estruturas sociais que vem em crescimento até os dias atuais. Fato somente possível, cumpre ressaltar, dada a mutabilidade dos *ethe* envolvidos nessas transformações.

Isso tornou essa mesma plasticidade cada vez mais dinâmica, intensa e, portanto, observável, seja como fundo de quadro, seja como integrante do contexto social, seja como objeto da atenção dos autores teológicos, literários e filosóficos, sempre com graus variados de “tangencialidade” de abordagem.

É por isso que podemos observá-la nos escritos de autores como Dante (1265-1321) ou Petrarca (1304-1374), passando por Erasmo (1466-1536), Maquiavel (1469-1527) e Cervantes (1547-1616), ou em quase todos os que trataram de questões religiosas nesse período, desde Wycliffe (1328-1384) e Lutero (1483-1546), até os grandes expoentes da Contrarreforma, como Santo Inácio de Loyola (1491-1556) e Santa Teresa de Jesus (1515-1582), entre inúmeros outros.

Do mesmo modo, o tema não poderia estar alheio aos escritos dos seus filósofos mais conhecidos, como Bacon (1561-1626), Hobbes (1588-1679), Descartes (1596-1650), Pascal (1623-1662), Espinosa (1632-1677), Locke

---

14) FERNÁNDEZ, Clemente. *Los filósofos medievales*. Selección de textos. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1980, v. 2.

15) FRAILE, Guillermo. *Historia de la filosofía*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2006, v. 2.

16) As obras de São Tomás referenciadas neste artigo são apenas uma pequena parte desse conjunto. Registramos somente aquelas de que nos servimos, mais direta ou indiretamente, para o presente estudo.

17) Cf. CAVALCANTI NETO. A Psicologia Tomista como instrumento de estudo da plasticidade do *ethos*. *Lumen Veritatis*, v. 6, n. 23, 2013, p. 56-72. Id., *Contribuições de São Tomás de Aquino à psicologia*. São Paulo: Instituto Lumen Sapientiae, 2008.

(1632-1704), Leibniz (1646-1716), Berkeley (1685-1753), Hume (1711-1776) ou Kant (1724-1804), para apresentá-los numa sequência mais ou menos cronológica, muitos deles tomados como marcos das reformulações do *ethos* que se consolidaram nos tempos seguintes.

O mesmo fenômeno de ruptura com as balizas ético-morais<sup>18</sup> prévias, que propiciou um aumento da evidência da plasticidade do *ethos* na Idade Moderna, atingiu uma espécie de paroxismo na Contemporânea, seja nos comportamentos individuais, seja nos acontecimentos e nos câmbios sócio-econômico-políticos, seja na produção filosófica, artística ou científica, pelo que seria necessário dispor de um espaço que ultrapassaria completamente os limites deste artigo para indicar a presença do tema apenas naquelas obras ou eventos mais paradigmáticos da contemporaneidade.

Ainda que limitássemos tal análise a alguns dos seus principais protagonistas, como os integrantes do movimento iluminista, ou os do complexo universo dos filósofos alemães, que eclodiu a partir do século XVIII – cujas derivações marcaram indelevelmente as duas centúrias seguintes, principalmente a partir de Hegel (1770-1831), Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) ou Scheler (1874-1928) –, precisaríamos redigir praticamente um novo artigo para cada personagem.

O mesmo se diga se focarmos nossa atenção nas múltiplas modificações comportamentais, econômicas, sociais, políticas e geopolíticas desse período histórico, bem como sobre a importância e o papel que progressivamente sobre elas foram assumindo todas as teorias, tecnologias e, sobretudo, práticas de persuasão, de *marketing* e de propaganda, que não são senão formas de atuação sobre a plasticidade do *ethos*. Seria mesmo necessário um estudo à parte para avaliar as relações entre a eclosão e desenvolvimento dos diversos tipos de mídias e as concomitantes modificações nos *ethe* individuais e sociais.

De tal modo, esse fervilhar filosófico, artístico, científico, social e político tornou patente a capacidade do ser humano de mudar ativa, passiva ou até febrilmente o seu *ethos*, que dificilmente podemos encontrar uma obra (não

---

18) Empregamos esta expressão de modo conjugado para não termos de entrar, neste artigo, na discussão entre a homogeneidade ou heterogeneidade de significado entre os conceitos de “moral” e de “ética”. Como o assunto já foi examinado mais detidamente em outro trabalho (CAVALCANTI NETO, Lamartine de Hollanda. *Repercussões éticas do processo psicológico de formação de certezas*: um enfoque tomista. In: Congresso Internacional Virtual de Psiquiatria e Neurociências – Interpsiquis, 12, fev. 2011. Disponível em: <<https://psiquiatria.com/bibliopsiquis/repercusiones-eticas-del-proceso-psicologico-de-formacion-de-certezas-un-enfoque-tomista>>. Acesso em: 24 dez. 2018), encaminhamos o leitor interessado ao mencionado estudo.

estritamente técnica) ou acontecimento nos séculos XX e XXI, nos quais, de algum modo, não seja possível identificar uma forma de manifestação dessa plasticidade.

Em suma, pode-se afirmar que o fenômeno em foco neste trabalho não é, como poderia parecer à primeira vista, um objeto de estudo fictício, mas algo sobre o qual a atenção humana se volta desde tempos imemoriais, embora ainda carente de estudos direta e expressamente voltados para ele.

### ***Interdisciplinaridade e metodologia de estudo***

Essa multiplicidade de ângulos pelos quais o *ethos* e a sua dinamicidade vêm atraindo a atenção dos estudiosos ao longo dos tempos, ainda que tangencial ou mesmo inadvertidamente, tem como corolário evidente o fato de que várias ciências interagem para estudá-lo. E por isso pode-se afirmar que o tema é abordável de forma não somente interdisciplinar, mas também multi e transdisciplinar, no sentido de que não somente abrange várias disciplinas, como necessita ser por elas examinado transversal e longitudinalmente, numa sistemática de mútua colaboração.

Essa sua característica talvez esteja na raiz da escassez de estudos explícitos sobre o tema, pois dá ocasião a consideráveis dificuldades metodológicas, e explicaria, por outro lado, o porquê de tantos ângulos de visão diferentes nas diversas abordagens “tangenciais”, como são o teológico, o filosófico, o literário, o artístico, o antropológico, o sociológico, o psicológico, o político, entre outros.

Tal dificuldade metodológica deu-nos ocasião, aliás, de examinar a eficácia da Psicologia Tomista enquanto instrumento de estudo para a plasticidade do *ethos*,<sup>19</sup> razão pela qual a adotaremos aqui, remetendo o leitor interessado nessa demonstração ao referido estudo.

### ***A cogitativa e o instinto de sociabilidade segundo o enfoque tomista***

Dada a impossibilidade de resumir aqui, por falta de espaço, toda a Psicologia Tomista, abordaremos a seguir apenas alguns de seus aspectos relevantes, em particular sobre a potência cogitativa e o instinto de sociabilidade, começando por recordar alguns conceitos básicos.

---

19) Cf. CAVALCANTI NETO. *A Psicologia Tomista como instrumento de estudo da plasticidade do ethos*. Op. cit.

A Psicologia Tomista é uma psicologia filosófica. Isto não quer dizer que ela seja incompatível com a epistemologia e a metodologia experimental, tanto que um livro clássico dessa corrente, na primeira metade do século XX, intitulava-se *Introducción a la psicología experimental*,<sup>20</sup> e estudos que tivemos ocasião de realizar identificaram vários trabalhos científicos atuais de alta qualidade que corroboram, de modo ora mais, ora menos direto, as concepções tomistas neste particular.<sup>21</sup>

O contexto histórico-epistemológico em que o Aquinate desenvolveu sua obra, no entanto, era eminentemente teológico e filosófico, bem como, inclusive por influência dele mesmo, de cunho marcadamente aristotélico, donde a necessidade de compreender alguns dos conceitos básicos de Aristóteles de Estagira (384-322 a.C.) para situar-se na Psicologia Tomista.

Esta se fundamenta em larga medida, portanto, na metafísica aristotélica, a qual parte de alguns conceitos fundamentais, tais como substância e acidente, matéria e forma, ato e potência. Segundo Aristóteles,<sup>22</sup> os seres contingentes, isto é, aqueles que podem deixar de existir, apresentam atos e potências em sua natureza. Um ato poderá se realizar se um determinado ente<sup>23</sup> tiver o potencial de realizá-lo. Em outros termos, nos seres contingentes, todo ato é precedido por uma potência.

Aplicando essa doutrina ao ser humano, Aristóteles<sup>24</sup> identificava distintas potências que nos propiciam os diversos tipos de atos que praticamos. Vale notar que ele já empregava um método autenticamente científico, como o é a observação sistemática, tanto exterior quanto interior (introspecção).<sup>25</sup> Essa sua concepção persiste até nossos dias, apenas com uma terminologia

---

20) BARBADO, Manuel. *Introducción a la psicología experimental*. 2. ed. Madrid: Instituto Luís Vives de Filosofía, 1943.

21) Cf. CAVALCANTI NETO. *Contribuições da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do ethos*. Op. cit.

22) ARISTÓTELES. *Metafísica*: ensaio introdutório. Texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Tradução Marcelo Perine. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005, v. 2.

23) Como este artigo não é destinado exclusivamente ao público especializado, empregamos nele os termos “ser” e “ente” na acepção com que são usados na linguagem corrente, isto é, com significados equivalentes. Convém ter presente, porém, que há escolas que discutem os respectivos significados. O leitor interessado em aprofundar a questão poderá encontrar abundantes subsídios recorrendo diretamente a São Tomás de Aquino (por exemplo, em: *O ente e a essência*. Tradução Carlos Arthur do Nascimento. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011).

24) ARISTÓTELES. *De anima*. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006.

25) Sobre essa questão, veja-se, por exemplo, BARBADO, op. cit., que defende a tese de que Aristóteles foi o fundador da metodologia científica, e cita vários outros autores em abono da sua opinião.

um pouco diferente, pois quando falamos de faculdades mentais e físicas, estamos nos referindo às potências humanas.

Em seus escritos, São Tomás de Aquino adotou e desenvolveu essa teoria aristotélica, que pode ser resumida, em termos muito sintéticos, do seguinte modo: o homem apresenta três ordens de potências, que lhe facultam os atos de suas três modalidades de vida: a racional, a sensitiva e a vegetativa.

A ordem racional, própria aos seres humanos, apresenta o gênero de potência cognoscitivo (ou cognitivo), que tem como espécie a potência intelectual ou inteligência, a qual nos faculta entender a essência dos seres, formular juízos e raciocínios. A ordem racional inclui também o gênero de potência apetitivo, cuja espécie é o apetite racional ou vontade.

A ordem de potências sensitivas, que existe também nos animais irracionais, inclui, do mesmo modo, o gênero cognitivo e o apetitivo, mas suas espécies de potências são diversas. A potência cognitiva sensitiva abrange os sentidos externos (visão, audição, olfato, paladar e tato), bem como os sentidos internos (sentido comum – que propicia a percepção –, a imaginação, a memória e a cogitativa). Esta última é a potência que nos viabiliza a realização dos atos instintivos, desde os mais simples até os mais complexos, como logo veremos.

Já a potência apetitiva sensitiva subdivide-se em apetite concupiscível, quando se volta para a aquisição de bens fáceis de obter ou males fáceis de evitar, e o irascível, quando para os difíceis ou árduos de obter e/ou evitar. O apetite sensitivo tem como ato o que São Tomás chamava de “paixões”, denominadas pela terminologia moderna de “emoções”. A ordem sensitiva inclui ainda o gênero locomotor, que tem como espécie a potência locomotora, que nos permite executar as decisões da vontade, moduladas pelos influxos das emoções e dos instintos.

Por fim, a ordem vegetativa inclui o gênero vegetativo, o qual contém a potência vegetativa, comum a todos os seres vivos, mesmo os vegetais, e que lhes permite nutrir-se, desenvolver-se e reproduzir-se.

### ***A potência cogitativa e os instintos***

Os sentidos internos abrangem, portanto, a potência cogitativa, e dentre os atos que ela nos faculta estão os instintos. Estes últimos são alvo de muita atenção por parte dos diversos ramos das atuais ciências da saúde. O mesmo já não se pode dizer da potência cogitativa, apesar de ela ser a origem ontológica da atividade instintiva. Ora, dentre as finalidades da ciência está

a de estudar as relações de causa e efeito entre os diversos objetos e fatos, portanto, entre os atos e as potências. Donde se depreende a conveniência do aprofundamento do seu estudo.

Dentre os instintos, destaca-se, por sua importância para a Psicologia Social, o de sociabilidade. Estudar este instinto, do ponto de vista de sua origem ontológica, importa, portanto, em investigar a cogitativa, e para isso a Psicologia Tomista tem se revelado um eficaz instrumento de estudo.

Brennan<sup>26</sup> sintetiza o conceito de cogitativa formulado por São Tomás<sup>27</sup> como sendo “a faculdade de perceber, sem exercício ou experiência prévia, tanto as coisas úteis como as nocivas para o organismo”. A prova de sua existência pode ser dada por nossa própria experiência pessoal. Quando percebemos algo que pode nos ser nocivo, como um animal agressivo ou uma substância em putrefação, não sentimos natural atração por ele, enquanto o contrário ocorre na presença de um alimento saboroso ou de uma habitação agradável. E isto sem a necessidade da menor aprendizagem prévia, como se pode comprovar observando o comportamento das crianças ainda privadas do uso da razão, mas já capazes de chorar ou de manifestar contentamento.

Portanto, podemos dizer que, do ponto de vista cognitivo, a função da cogitativa é captar as relações concretas existentes entre os objetos, para avaliar seu valor ontobiológico, isto é, a sua utilidade ou nocividade para o próprio ser. Vale notar que tal conhecimento se situa num nível pré-racional, embora inteiramente harmonizável com a razão.

Do ponto de vista da ação concreta, tal conhecimento está na raiz de uma série de reações fisiológicas que visam à manutenção da vida e do seu equilíbrio, conhecidas, em seu conjunto, como atividade instintiva. Para retomar o exemplo anterior, em presença de um animal agressivo, o ser humano, no uso normal de suas faculdades, desencadeia o instinto de luta ou fuga e, em face do alimento, o de nutrição.

Sempre se baseando em São Tomás, Brennan<sup>28</sup> explicita três elementos constitutivos dessa atividade. O cognitivo, que é o conhecimento (sensitivo,

---

26) BRENNAN, Robert Edward. *Psicología general*. Tradução Antonio Linares Maza. 2. ed. Madrid: Morata, 1969, p. 233.

27) Cf. TOMÁS DE AQUINO, Santo. *Suma Teológica*, I, q. 78, a. 4. O Aquinate volta ao tema em outras passagens de suas obras.

28) BRENNAN. *Psicología general*. Op. cit. Tendo redigido suas obras em torno da década de 30 do século passado, o Pe. Robert Edward Brennan deu um enfoque mais psicológico – no sentido atual do termo – aos ensinamentos de São Tomás, ajudando a explicitar conceitos implícitos da obra do Aquinate, como os mencionados aqui e em outras partes do artigo.

no caso dos animais, e ligado ao racional, no dos seres humanos) da utilidade ou nocividade de um objeto; o emotivo (ou passional, na terminologia tomista estrita), que é a experiência de uma emoção como resultado desse conhecimento e está ligado ao apetite sensitivo; e o elemento motor ou cinético, que se manifesta por meio de uma conduta motora. Esta variará segundo a natureza do conhecimento e das emoções que a originam, e está relacionada com a potência locomotora.

Como consequência dessa tripla composição, Brennan<sup>29</sup> observa que o processo instintivo, desencadeado pela cogitativa, obedece a determinadas etapas, que, em suas linhas gerais, são as seguintes:

1ª) Sensorpercepção, que mobilizará a imaginação, fornecendo imagens do que se pode ou se deve fazer. É por isso que, ao percebermos algo que nos será de algum modo útil, logo nos imaginamos fazendo o que é necessário para obtê-lo, e inversamente no caso da percepção do inútil ou nocivo, isto é, o que é mister para evitá-lo.

2ª) Baseado nessas imagens, um conhecimento estimativo, isto é, que gosta ou não gosta do objeto. Vale notar que se trata de um conhecimento ainda apenas sensitivo, embora o intelecto humano entre logo em ação. Esta é a razão pela qual, aliás, São Tomás chama a equivalente da cogitativa nos animais irracionais de “potência estimativa”, pois neles sua atuação chega somente até este conhecimento sensitivo-estimativo.

3ª) Uma emoção ou um conjunto de emoções correspondentes a esse conhecimento, em geral do tipo amar ou odiar, desejar ou rejeitar. Também até este ponto chega a estimativa dos irracionais.

4ª) Essas emoções determinam ou condicionam uma conduta motora, ou seja, o agir para obter ou evitar o objeto, segundo o seu valor ontobiológico. Naturalmente, no ser humano, a inteligência e a vontade podem interferir em qualquer etapa do processo, e por isso elas nem sempre seguirão rigidamente essa sequência, podendo apresentar múltiplas variações que dependerão das circunstâncias concretas.

É por essa razão que, no seu elemento cognoscitivo, devido à interação da inteligência, os instintos são mais facilmente modificáveis. Em seu componente emocional, movido pelos apetites sensitivos, que são desencadeados pelo conhecimento sensitivo pré-racional, os instintos são muito menos modificáveis. Por exemplo, uma pessoa continuará gostando de

---

29) *Ibid.*

um doce muito apetitoso, mesmo tendo decidido não o comer, porque a sua razão lhe mostra que ele lhe é nocivo por ser diabético.

É em seu elemento motor, contudo, que os instintos são mais facilmente moduláveis, pois sobre ele a inteligência e a vontade podem atuar com maior eficácia. Por isso, a mesma pessoa do exemplo não terá dificuldade de afastar-se fisicamente do doce que lhe é nocivo, como modo de diminuir a intensidade do apelo instintivo.

Isso explica também por que os animais, carentes de inteligência, têm instintos muito menos modificáveis, fazendo-os depender muito mais deles para a sua sobrevivência, e que, em sentido contrário, no homem, uma das principais características dos instintos seja a sua plasticidade, remota raiz da modificabilidade do *ethos*, dado o papel que os instintos, mormente o de sociabilidade, têm em sua formação. Ou seja, exatamente por serem moduláveis, tal modulação dos instintos pode ser decisiva na constituição da personalidade, do caráter e do *ethos* de cada indivíduo.

### ***Classificação tomista dos instintos***

Lastreado em São Tomás e em aportes do psicólogo inglês William McDougall (1871-1938), Brennan<sup>30</sup> nos oferece uma classificação dos instintos delineada do ponto de vista do seu componente emocional. Ele os divide em emocionalmente diferenciados e indiferenciados. Os instintos indiferenciados são os relacionados com a sobrevivência, a alimentação e a reprodução, nos quais o caráter imperativo das emoções é mais forte, por haver uma predominância do apetite sensitivo irascível, embora o concupiscível também possa se fazer presente.

Os emocionalmente diferenciados são aqueles em que as emoções, embora vivas, são mais moduláveis, por haver uma predominância do apetite sensitivo concupiscível. Entre os diferenciados, ele situa os instintos relacionados com a preparação do organismo para a defesa em situações especiais, como o temor, a fuga, a luta, a repulsa, a autoafirmação, a curiosidade, o instinto paterno e materno, entre outros.

Ele considera, ainda, nesse grupo, a existência de um subgrupo, no qual as emoções são ainda mais diferenciadas e têm relação com a vida intelectual-social do indivíduo, onde se inserem a imitação, a recreação, a sugestão e a simpatia, que são mais relacionadas, portanto, com o instinto de sociabilidade.

---

30) BRENNAN. *Psicología general*. Op. cit. Vide observação na nota n. 28.

Outro modo de classificar os instintos, segundo a Psicologia Tomista, é reuni-los em três grupos: os vegetativos, os sensitivos e os intelectivos. Brennan<sup>31</sup> os correlaciona com a classificação anterior, considerando como instintos vegetativos aqueles que têm a ver com a vida vegetativa, ou seja, a nutrição, o desenvolvimento e a reprodução; como sensitivos, os que estão relacionados com a vida sensitiva ou animal, englobando, de certa forma, os instintos vegetativos; e como intelectivos, os que dizem respeito às atividades mais especificamente humanas, incluindo as que pertencem ao último subgrupo dos emocionalmente diferenciados.

Convém observar que tais classificações, bem como as oferecidas por outras escolas, não são aplicáveis segundo esquemas rígidos, pois elas têm uma finalidade primordialmente didática. Na prática, todos os instintos interagem de forma sinérgica, sejam mais ou menos diferenciados; mais ou menos relacionados com os diversos níveis biológicos de vida do ser humano. Sem embargo, as distinções oferecidas pelo enfoque tomista contribuem inegavelmente para a compreensão dessa complexa realidade humana.

### *Cogitativa e instinto de sociabilidade*

Para mantermo-nos dentro dos objetivos do presente estudo, restringiremos o exame do instinto de sociabilidade ao enfoque especificamente tomista, deixando a análise das demais escolas para ocasião mais oportuna. Pela mesma razão, dispensar-nos-emos da explicação de alguns conceitos básicos da Psicologia Social, que serão aqui utilizados, remetendo o leitor interessado a glossários e/ou autores especializados.<sup>32</sup>

---

31) Ibid.

32) ATKINSON, Rita L. et al. *Introdução à psicologia de Hilgard*. Tradução Daniel Bueno. Supervisão e revisão de Antônio Carlos Amador Pereira. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. BANDURA, Albert. The Role of Imitation in Personality Development. *The Journal of Nursery Education*, n. 18, 1963, p. 3. Id., *Modificação do comportamento*. Tradução Eva Nick e Luciana Peotta. Rio de Janeiro: Interamericana, 1979. BANDURA, Albert; ROSS, Dorothea; ROSS, Sheila. Transmission of Aggression Through Imitation of Aggressive Models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, n. 63, 1961, p. 575-582. BRAGHIROLI, Elaine Maria et al. *Psicologia geral*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. Id., PEREIRA, Siloé; RIZZON, Luiz Antônio. *Temas de psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 1994. EDWARDS, David C. *Manual de psicologia geral*. Tradução Álvaro Cabral. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1995. FESTINGER, Leon. *Teoria da dissonância cognitiva*. Tradução Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. Id., CARLSMITH, James M. Cognitive Consequences of Forced Compliance. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, n. 58, 1959, p. 203-210. HAMLIN, J. Kiley; WYNN, Karen; BLOOM, Paul. Social Evaluation by Preverbal Infants. *Nature*, v. 450, n. 22, 2007, p. 557-600. LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Tradução Jacques A. Weinberg. Petrópolis: Vozes, 2008. NEWCOMB, Theodore Mead; TURNER, Ralph Herbert; CONVERSE, Philip Ernest. *Social Psychology: The Study of Human Interaction*. New

Se o conjunto da atividade instintiva nasce na potência cogitativa, o instinto de sociabilidade também tem nela a sua origem, pois, como vimos, a cogitativa nos mostra o que nos convém ou não para a manutenção da vida. Em condições normais, essa manutenção é facilitada pela presença de outros elementos da mesma espécie, e dificultada pela sua ausência ou deficiência. Por isso, a maioria das espécies animais, mesmo as mais rudimentares, tende a viver em grupos.

Como o conhecimento cogitativo precede o racional, essa necessidade de companhia se faz sentir mesmo na criança ainda desprovida do uso da razão; assim, ao sentir-se sozinha ou desacompanhada daqueles que já conhece, ela externará medo, tenderá a se aproximar e a pedir auxílio – se já for capaz disso – àqueles que lhe demonstrem afeto e interesse, tudo isso de maneira instintiva e sem necessidade de ensino prévio.

Atingido o uso da razão, a criança passará a formular juízos e raciocínios cada vez mais complexos, de modo a encontrar condições e maneiras que assegurem a proximidade daqueles que configuram seus grupos sociais, tanto primários quanto secundários.

Considerando que um grupo social é uma “pluralidade de indivíduos que estão em contato uns com os outros, que se consideram mutuamente, e que estão conscientes de que têm algo significativamente importante em comum”,<sup>33</sup> tais juízos e raciocínios se voltarão cada vez mais para este “algo significativamente importante em comum” – como valores, crenças, convicções, símbolos, costumes –, de modo a garantir a manutenção desse significado, ou conjunto de significados, para que a pessoa continue entre “os que se consideram mutuamente” e “em contato” com os outros.

---

York: Holt, Rinehart and Winston, 1965. OLMSTED, Michael. *O pequeno grupo social*. Tradução Maria Ignez Guerra Molina e Célia Maria M. Fávero de Fravet. São Paulo: Herder, 1970. PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos. *Psicologia*. Tradução Anne Marie Holm Nielsen e cols. México: McGraw-Hill, 1988. RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. *Psicologia social*. 27. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2009. RODRIGUES, Aroldo; NEWCOMB, Theodore Mead. The Balance Principle: Its Current Status and its Integrative Function in Social Psychology. *International Journal of Psychology*, v. 14, 1980, p. 85-136. SANDERSON, Catherine. *Social Psychology*. Somerset: John Wiley & Sons, 2009. TARDE, Gabriel de. *L'opinion et la foule*. 4. ed. Paris: Alcan, 1922. TAYLOR, Shelley Elisabeth; PEPLAU, Letitia Anne; SEARS, David. *Social Psychology*. 12. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 2006. TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo. (Orgs.). *Psicologia social: principais temas e vertentes*. Porto Alegre: Artmed, 2011. WICKLUND, Robert Arnold. *Freedom and Reactance*. Oxford: Lawrence Erlbaum, 1974. Estes são alguns dos autores de cujos subsídios nos servimos, e que mencionamos aqui por razões metodológicas, em que pesem as discrepâncias de critérios e opiniões quanto a diversos aspectos de conteúdo.

33) OLMSTED. Op. cit., p. 12.

Assim, pouco a pouco, em função desse dinamismo, a pessoa tenderá a desenvolver os diversos tipos de processos grupais estudados pela Psicologia Social, de modo a consolidar sua posição nos diversos grupos a que pertence, seus níveis de status, seus papéis e suas variadas formas de adaptação para suplantar os conflitos de papéis, suas múltiplas manifestações de conformidade e/ou de dissidência, de modelagem e/ou imitação, em sua interação passiva e ativa com as diversas formas de liderança.

Nesse processo, adquirirão um papel cada vez mais decisivo os diversos tipos de julgamento ético-moral que a pessoa venha a formular, explícita ou implicitamente, com suas consequentes atitudes e performances comportamentais. Estas, com o tempo, acabarão se transformando em hábitos e regras grupais, com as quais o indivíduo interagirá.

Desse modo, ao atingir a adolescência ou a primeira fase da idade adulta, normalmente a pessoa estrutura para si um entorno social complexo e abrangente, no qual se integra, entorno este que será influenciado por motivações de incontáveis tipos, mas que remontam à necessidade básica de garantir a própria existência pessoal, mesmo que ela não se dê conta.

A consolidação dessa estrutura social de cada indivíduo é influenciada e fortemente condicionada pelo *ethos* que ele irá, concomitantemente, formando, modificando e adaptando. Trata-se, portanto, de uma consolidação simultânea: a formação do *ethos* e da estrutura social individual é interdependente e interativa. Ela tem como motor o instinto de sociabilidade, que nasce na potência cogitativa.

### ***Cogitativa, primeiros princípios e formação do ethos***

A cogitativa tem ainda importante papel na formação do processo cognitivo humano, em particular na do juízo moral, o qual vale a pena examinar, dadas as suas repercussões sobre a formação do *ethos*.

Por sua capacidade de nos mostrar o que é útil ou nocivo ao ser, a cogitativa está relacionada com a formação do que a Filosofia aristotélico-tomista chama de primeiros princípios da razão especulativa (ou teórica) e da razão prática. A cognição obtida pela cogitativa proporciona o conhecimento por conaturalidade, porque é capaz de identificar aquilo que é de acordo com nossa natureza, avaliando como bom o que é conatural com o ser, e como

mau o que lhe é contrário. A cogitativa nos dá, portanto, o que poderíamos chamar de senso do ser.<sup>34</sup>

Este advém, primordialmente, das informações que lhe chegam por intermédio dos demais sentidos externos e internos, e será complementado pela luz da razão quando esta raiar no horizonte mental da criança. Ao captar a presença de um ente, a criança percebe por meio deste seu senso do ser, ainda que pré-racionalmente, que esse algo não pode ser e não ser ao mesmo tempo (princípio de não contradição).

Dessa percepção da presença ou ausência de ser decorre o que São Tomás chama de primeiro princípio da razão especulativa:

Os preceitos da lei da natureza se têm em relação à razão prática como os princípios primeiros das demonstrações se têm em relação à razão especulativa: uns e outros são princípios conhecidos por si. [...] Com efeito, o que por primeiro cai na apreensão é o ente, cuja intelecção está inclusa em todas aquelas coisas que alguém apreende. E assim o primeiro princípio indemonstrável é que “não se pode afirmar e negar ao mesmo tempo”, que se funda sobre a razão de ente e não ente, e sobre esse princípio todas as outras coisas se fundam, como se diz no livro 4 da *Metafísica* [de Aristóteles].<sup>35</sup>

Desse modo, ao chegar aos primeiros lampejos do uso da razão, devido a essa apreensão fundamental do ser, a criança é capaz de formular naturalmente, ainda que de modo muito rudimentar, o princípio de não contradição. Certos tomistas denominam princípio de identidade à formulação positiva deste princípio. Ele pode ser expresso nos seguintes termos: o que é, é. Ou também, todo ser é aquilo que é, e, na sua existência, cada ser é separado dos outros seres.

Com base nesses dois princípios básicos, a razão especulativa formula espontaneamente um outro, chamado de princípio do terceiro excluído, que se pode enunciar assim: já que não se pode admitir simultaneamente o ser e o não ser para um mesmo objeto num mesmo intervalo de tempo, pode-

---

34) Cf. CLÁ DIAS, João Scognamiglio. *La “primera mirada” del conocimiento y la educación: un estudio de casos*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidad Católica de Colombia, Bogotá, 2009.

35) TOMÁS DE AQUINO, Santo. *Suma Teológica*, I-II, q. 94, a. 2.

se constatar que não existe uma terceira posição. Todo ser é ou não é, e um semi-ser seria ontologicamente impossível.<sup>36</sup>

Vale recordar que, apoiados nessas explicitações, alguns tomistas deduzem ainda outros princípios básicos, como o da razão suficiente, o da contingência, o da finalidade e os da causalidade. O leitor interessado poderá aprofundar este ponto em autores especializados, como Clá Dias,<sup>37</sup> Derisi,<sup>38</sup> Gardeil,<sup>39</sup> Garrigou-Lagrange<sup>40</sup> ou Webert.<sup>41</sup>

Dessas explicitações dos primeiros princípios especulativos, a pessoa dotada do uso da razão passa facilmente para o primeiro princípio da razão prática, pois, por conaturalidade, tende a associar o ser com o bem, e o não ser, ou ausência de ser (ainda que parcial), com o mal. Isso ocorre até mesmo antes do uso da razão, pois tal associação se verifica de modo instintivo, e por isso a criança chora na ausência da mãe ou do alimento, e se alegra na presença deles.

É o que nos ensina São Tomás quando explica que:

Assim como o ente é o primeiro que cai na apreensão de modo absoluto, assim o bem é o primeiro que cai na apreensão da razão prática, que se ordena à obra: todo agente, com efeito, age por causa de um fim, que tem razão de bem. E assim, o primeiro princípio na razão prática é o que se funda sobre a razão de bem que é “Bem é aquilo que todas as coisas desejam”. Este é, pois, o primeiro princípio da lei, que o bem deve ser feito e procurado, e o mal, evitado. E sobre isto se fundam todos os outros preceitos da lei da natureza.<sup>42</sup>

Em outros termos, “assim como o *primeiro olhar* da *inteligência* tem como objeto o *ser*, e leva à *verdade*, o *primeiro olhar* da *vontade* leva ao *bem* – ou àquilo que convém ao *ser*”.<sup>43</sup> Essa concepção pode ser considerada de capital

---

36) CLÁ DIAS. Op. cit.

37) Ibid.

38) DERISI, Octavio Nicolás. *La palabra*. Buenos Aires: Emecé, 1978.

39) GARDEIL, Henri Dominique. *Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino*. Tradução Wanda Figueiredo. São Paulo: Duas Cidades, 1967.

40) GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald. *El sentido común: La filosofía del ser y las fórmulas dogmáticas*. Tradução Octavio Nicolás Derisi. Buenos Aires: Desclée de Brouwer, 1944.

41) WEBERT, Jordan. *Essai de métaphysique thomiste*. Paris: Revue des Jeunes, 1927.

42) TOMÁS DE AQUINO, Santo. *Suma Teológica*, I-II, q. 94, a. 2.

43) CLÁ DIAS. Op. cit., p. 83. Itálicos do original.

importância para a formação e para a futura atividade judicativa moral humana, pois toda pessoa, em condições de normalidade física e mental, é capaz de perceber, como que instintivamente, o que convém e o que não convém para o seu ser, ou o de outrem, e tenderá a considerar correto aquilo que o favorece, e incorreto, o contrário.

Esse dinamismo tem tal força que, mesmo quando a pessoa percebe que determinado objeto ou ação não favorecerá o ser, próprio ou alheio, considerado em sua totalidade e em suas finalidades, ela procura justificar seus atos volitivos e comportamentais com a apresentação de benefícios aparentes ou parciais. É o que acontece, por exemplo, com o enfermo que quebra a sua dieta, alegando estar com muita fome; ou com o ladrão que rouba, argumentando que não ganharia tão bem se se dedicasse ao trabalho honesto.

Assim, ao conhecer racionalmente algo, a pessoa tende a formular julgamentos sobre a conveniência ou inconveniência ontobiológica do objeto conhecido, e a agir em consequência, renovando os julgamentos a cada ciclo de conhecimento e ação. Quando seu conhecimento atinge uma dimensão teleológica, considerando finalidades mais altas e transcendentais de sua própria existência, os julgamentos adquirem um caráter moral propriamente dito.

A formação, ao longo dos anos, de uma estrutura de critérios éticos e morais, de hábitos comportamentais, de atitudes, de gostos e de comportamentos subsequentes, constituirá o *ethos* individual, sempre condicionado pelo dinamismo e pela interação com o *ethos* de cada grupo social no qual a pessoa se insere. Na raiz de todo esse processo situa-se, portanto, a potência cogitativa de cada um.

### ***Cogitativa, instinto de sociabilidade e plasticidade do ethos***

A plasticidade do *ethos*, no sentido em que empregamos a expressão, pode ser entendida como “uma propriedade do mesmo *ethos*, a qual o torna capaz de modificações, transformações e modulações, realizadas ativamente ou passivamente, ao longo dos tempos e com referência aos lugares, ambientes, grupos sociais ou indivíduos em que o *ethos* se manifesta”.<sup>44</sup>

---

44) CAVALCANTI NETO. *Contribuições da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do ethos*. Op. cit., p. 366.

Os pressupostos da Psicologia Tomista nos facultam, sem embargo, a aprofundar tanto o conceito de *ethos* como o de sua plasticidade. Com efeito, eles nos permitem deduzir que o *ethos* nasce, basicamente, da interação entre a potência intelectual e a volitiva. Apesar de ter sua sede própria na inteligência, por ser esta a faculdade capaz de formular os critérios ético-morais decorrentes dos primeiros princípios da razão especulativa e da prática, sua formação depende também da interação com o conjunto das demais potências cognoscitivas e apetitivas, em particular com a cogitativa e com os instintos, que dela decorrem, com os apetites sensitivos e as emoções, as quais têm sua origem em tais apetites.

Como a simples observação pode comprovar, o conjunto desses critérios ético-morais condicionarão os atos, que por sua vez se transformarão em hábitos e costumes. A interação destes com as demais potências estimulará o desenvolvimento das capacidades morais, intelectivas, artísticas e sociais do indivíduo.

Por sua vez, a interação desse desenvolvimento com o dos demais integrantes dos grupos sociais em que interagem plasmará os ambientes, a cultura, os modos de vida em sociedade e as civilizações, configurando, desse modo, tanto o *ethos* individual como o dos grupos sociais de que o indivíduo faz parte.

A Psicologia Tomista nos capacita também a entender a plasticidade do *ethos* como um acidente (no sentido aristotélico do termo) ou propriedade de uma realidade – o *ethos* – que, embora basicamente formal, está intrinsecamente vinculada à substância do ser humano, que é ontologicamente mista, isto é, material e formal.

Essa dicotomia ontológica pode dar origem a um dinamismo tendente a sobrepor a valorização do conhecimento dos entes e valores singulares ao dos universais, e a um atendimento prioritário das injunções dos apetites sensitivos, que são mais mobilizáveis pelos singulares, do que as do apetite racional – ou vontade –, que o são pelos universais.

Esse dinamismo está na origem da aceitação ou negação dos critérios valorativos delineados pela inteligência, bem como na das múltiplas formas de reformulação de tais critérios para tentar adaptá-los às pressões dos apetites sensitivos e/ou dos instintos, no âmbito individual, ou às dos grupos sociais. Também tem como resultante uma plasticidade, isto é, uma capacidade de sofrer e/ou provocar modificações no *ethos*, de modo ativo, quando originadas no interior do sujeito, ou passivo, quando condicionadas por fatores externos,

dentre os quais os ambientais, os cronológicos, os econômicos, os políticos, os étnicos, os midiáticos ou os sociais.

Quando se trata desse condicionamento externo, um dos principais focos de incidência desse dinamismo, se não o principal, parece ser o instinto de sociabilidade, dada a sua íntima relação com o instinto ainda mais básico da conservação individual, sobre o qual repousa, remotamente, a maior parte dos demais instintos, das necessidades, motivações e demais processos estudados na Psicologia Social. Donde decorre a força de pressão desse condicionamento externo, pela provocação da percepção instintiva do valor da integração social para a manutenção da vida e do bem-estar.

Em condições normais de saúde física e mental o ser humano é capaz de perceber que, diante das pressões sociais no sentido de modificar o seu ethos pessoal, seja no todo, seja em partes, caso ele não os modifique, ele poderá perder suas posições e seus status de inclusão grupais, por prejudicar as percepções sociais e as atribuições que se formem a seu respeito, ou por não balancear devidamente o equilíbrio entre suas manifestações de conformidade e dissidência. Conforme o caso, perceberá também que poderá ser enquadrado ou desenquadrado em determinados estereótipos, ou mesmo se tornar objeto de preconceitos, por mais que desconheça o significado técnico de cada um desses processos estudados na Psicologia Social.

Podemos dizer o mesmo expressando-nos em termos tomistas. Diante das pressões sociais, os apetites sensitivos do sujeito levam-no a apetecer a proteção, a segurança e o prazer que sente na inserção social. Tais apetites serão continuamente reforçados pelo instinto de sociabilidade, o qual, cumpre recordar, é propiciado pela potência cogitativa que interage com os apetites sensitivos de modo retroativo.

Essa atividade adaptativa pré-racional, oriunda da cogitativa, condicionará, portanto, a atividade racional, sobretudo a judicativa e inferencial, condicionamento este que será inversamente proporcional à consolidação da potência volitiva, especialmente em seus atos elícitos (isto é, aqueles que procedem diretamente da vontade), mas também por meio dos atos imperados (ou seja, os das demais potências quando agem sob o comando da vontade).

Essa robustez da potência volitiva é o elemento-chave do que Brennan<sup>45</sup> chama de caráter ou “eu moral”, no ensaio que faz de uma teoria da personalidade tomista, pois na resultante do processo, embora seja a inteligência a faculdade incumbida do conhecimento, da formulação dos

---

45) BRENNAN. *Psicologia general*. Op. cit., p. 367.

juízos e dos raciocínios, será a vontade que terá o papel propriamente decisivo, por escolher livremente diante das diversas opções ético-morais que se apresentem, de modo a determinar o comportamento em função dessa escolha.

Tal é a força da conjugação da inteligência com a vontade nesse processo que, por conta dela, podemos encontrar exceções à força de pressão do instinto de sociabilidade. Nesses casos, que podem ser considerados saudáveis exceções à regra, o indivíduo modificará o seu *ethos* pessoal, e por vezes tentará modificar os dos seus grupos sociais, mesmo com prejuízo de sua integração social. Ele estará agindo por uma força motivacional superior, oriunda de juízos e/ou raciocínios bem estruturados, que encontram respaldo numa vontade robusta o suficiente para vencer os apelos instintivos e emocionais, como no caso do religioso que sacrifica sua vida pessoal e social para dedicar-se a doentes em lugares ermos.

Outra exceção a ser considerada situa-se no âmbito das enfermidades mentais, como pode ocorrer nos vários tipos de esquizofrenia, de transtorno de personalidade esquizoide, em alguns transtornos afetivos, ou ainda em quadros mentais de origem orgânica, nos quais tanto o pensamento quanto o instinto de sociabilidade se encontram prejudicados. As modificações de *ethos* podem seguir, nesses casos, padrões anômalos variáveis conforme cada patologia em particular.

Há, ainda, mudanças de *ethos* em que o instinto de sociabilidade parece suplantar o de conservação, em vez de mover-se em função dele, mas que na realidade se configuram como exceções aparentes. Seria o caso do torcedor esportivo que se envolve em violentas brigas de rua, ou de pessoas que se engajam em tumultos populares e até em saques, proporcionando risco à sua integridade física.

Quando não se trata de manifestação de enfermidades mentais ou de momentâneos erros de avaliação dos riscos por parte do sujeito, parece haver uma avaliação subconsciente, ou mesmo consciente, pela qual o indivíduo estima que vale a pena correr os mencionados riscos para auferir determinadas vantagens e/ou para manter sua afiliação ao grupo a que pertence. Afiliação esta que, no conjunto de sua vida social, se lhe afigura como uma maior garantia para a sua subsistência pessoal, considerada tanto em seu contexto atual quanto ao longo do tempo.

## Considerações finais

Em que pesem as mencionadas exceções, podemos concluir que, se o *ethos* do ser humano é plástico e suscetível às influências interpessoais e as dos grupos sociais, o instinto de sociabilidade é, pelo menos, um ponto de apoio eficaz para as alavancas que o movem.

Essa conclusão teórica pode ser, ademais, facilmente comprovada pela observação da realidade. Podemos verificá-la mediante o acompanhamento do noticiário cotidiano, no tocante a questões religiosas, morais, éticas e bioéticas, políticas, comportamentais, nos diversos ramos da produção artística ou literária, científica ou não, e até mesmo na observação dos acontecimentos dos círculos familiares, profissionais ou sociais.

É mesmo um exercício interessante procurar identificar em cada mudança de *ethos* individual e, principalmente, nas dos diversos grupos sociais, o papel da atuação sobre o instinto de sociabilidade por parte dos diversos agentes da interação social, sejam eles individuais, interpessoais ou midiáticos.

O leitor fica, assim, convidado a complementar o que possa faltar de enfoque empírico a este artigo, procurando observar e verificar, por si mesmo, inclusive de modo experimental, o papel dessa atuação sobre o mencionado instinto, bem como os aportes que as presentes considerações teóricas podem conferir à compreensão da realidade contemporânea.

## Referências

- ATKINSON, Rita L. et al. *Introdução à psicologia de Hilgard*. Tradução Daniel Bueno. Supervisão e revisão de Antônio Carlos Amador Pereira. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, 790p.
- ARISTÓTELES. *De Anima*. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006, 360p.
- \_\_\_\_\_. *Metafísica*: ensaio introdutório. Texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Tradução Marcelo Perine. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005, v. 2, 695p.
- BANDURA, Albert. *Modificação do comportamento*. Tradução Eva Nick e Luciana Peotta. Rio de Janeiro: Interamericana, 1979, 370p.
- \_\_\_\_\_. The Role of Imitation in Personality Development. *The Journal of Nursery Education*, v. 18, 1963, p. 3.

- \_\_\_\_\_; ROSS, Dorothea; ROSS, Sheila. Transmission of Aggression Through Imitation of Aggressive Models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 63, 1961, p. 575-582.
- BARBADO, Manuel. *Introducción a la psicología experimental*. 2. ed. Madrid: Instituto Luís Vives de Filosofía, 1943, 675p.
- BRAGHIROLI, Elaine Maria et al. *Psicologia geral*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, 219p.
- \_\_\_\_\_; PEREIRA, Siloé; RIZZON, Luiz Antônio. *Temas de psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 1994, 180p.
- BRENNAN, Robert Edward, O. P. *Psicología General*. Tradução Antonio Linares Maza. 2. ed. Madrid: Morata, 1969, 453p.
- \_\_\_\_\_. *Psicología tomista*. Tradução Efren Villacorta Saiz, O. P. Revisão José Fernandez Cajigal, O. P. Ed. atualizada pelo Autor. Barcelona: Editorial Científico Médica, 1960, 381p.
- CAVALCANTI NETO, Lamartine de Hollanda. A Psicologia Tomista como instrumento de estudo da plasticidade do *ethos*. *Lumen Veritatis*, v. 6, n. 23, 2013, p. 56-72.
- \_\_\_\_\_. *Contribuições da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do ethos*. 2v. Tese (Doutorado em Bioética) – Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Repercussões éticas do processo psicológico de formação de certezas: um enfoque tomista*. In: Congresso Internacional Virtual de Psiquiatria e Neurociências – Interpsiquis, 12, fev. 2011. Disponível em: <<https://psiquiatria.com/bibliopsiquis/repercusiones-eticas-del-proceso-psicologico-de-formacion-de-certezas-un-enfoque-tomista>>. Acesso em: 24 dez. 2018).
- \_\_\_\_\_. *Psicologia geral sob o enfoque tomista*. São Paulo: Instituto Lumen Sapientiae, 2010, 234p.
- \_\_\_\_\_. *Contribuições de São Tomás de Aquino à psicologia*. São Paulo: Instituto Lumen Sapientiae, 2008, 390p.
- CLÁ DIAS, João Scognamiglio. *La “primera mirada” del conocimiento y la educación: un estudio de casos*. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidad Católica de Colombia, Bogotá, 2009.
- DERISI, Octavio Nicolás. *La palabra*. Buenos Aires: Emecé, 1978, 292p.
- EDWARDS, David C. *Manual de psicologia geral*. Tradução Álvaro Cabral. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1995, 437p.
- FERNÁNDEZ, Clemente. *Los filósofos medievales*. Selección de textos. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1980, v. 2, 1257p.

- FESTINGER, Leon. *Teoria da dissonância cognitiva*. Tradução Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, 249p.
- \_\_\_\_\_; CARLSMITH, James M. Cognitive Consequences of Forced Compliance. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, v. 58, 1959, p. 203-210.
- FRAILE, Guillermo. *Historia de la filosofía*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2006, v. 2, 569p.
- GARDEIL, Henri Dominique. *Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino*. Tradução Wanda Figueiredo. São Paulo: Duas Cidades, 1967, 2 v.
- GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald. *El sentido común: La filosofía del ser y las fórmulas dogmáticas*. Tradução Octavio Nicolás Derisi. Buenos Aires: Desclée de Brouwer, 1944, 363p.
- HAMLIN, J. Kiley; WYNN, Karen; BLOOM, Paul. Social Evaluation by Preverbal Infants. *Nature*, n. 450, 2007, p. 557-600.
- LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Tradução Stephania Matousek. Petrópolis: Vozes, 2009, 330p.
- LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. *Escritos de filosofia IV*. Introdução à ética filosófica 1. São Paulo: Loyola, 1999, 488p.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Tradução Jacques A. Weinberg. Petrópolis: Vozes, 2008, 350p.
- NEWCOMB, Theodore Mead; TURNER, Ralph Herbert; CONVERSE, Philip Ernest. *Social Psychology: The Study of Human Interaction*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1965, 591p.
- OLMSTED, Michael. *O pequeno grupo social*. Tradução Maria Ignez Guerra Molina e Célia Maria M. Fávero de Fravet. São Paulo: Herder, 1970, 186p.
- PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos. *Psicologia*. Tradução Anne Marie Holm Nielsen e cols. México: McGraw-Hill, 1988, 762p.
- PERNOUD, Régine. *Pour en finir avec le Moyen Âge*. Paris: Seuil, 1977, 158p.
- RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. *Psicologia social*. 27. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2009, 486p.
- RODRIGUES, Aroldo; NEWCOMB, Theodore Mead. The Balance Principle: Its Current Status and its Integrative Function in Social Psychology. *International Journal of Psychology*, v. 14, 1980, p. 85-136.
- SANDERSON, Catherine. *Social Psychology*. Somerset: John Wiley & Sons, 2009, 640p.
- TARDE, Gabriel de. *L'opinion et la foule*. 4. ed. Paris: Alcan, 1922, 226p.

- TAYLOR, Shelley Elisabeth; PEPLAU, Letitia Anne; SEARS, David. *Social Psychology*. 12. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 2006, 576p.
- TOMÁS DE AQUINO, Santo. *O ente e a essência*. Tradução Carlos Arthur do Nascimento. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, 48p.
- \_\_\_\_\_. *Suma Teológica*. Tradução Aldo Vannuchi et al. São Paulo: Loyola, 2001-2006, 9 v.
- \_\_\_\_\_. *Cuestiones disputadas sobre el alma*. Tradução Ezequiel Téllez Maqueo. 2. ed. Pamplona: EUNSA, 2001, 309p.
- \_\_\_\_\_. *Sentencia in Aristotelis libri De Anima*. Textum Taurini, 1959. Disponível em: <<http://www.corpusthomicum.org/can2.html>>. Acesso em: 3 ago. 2011.
- TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo (orgs.). *Psicologia social: principais temas e vertentes*. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 13-30.
- VERGNIÈRES, Solange. *Ética e política em Aristóteles: physis, ethos, nomos*. Tradução Constança Marcondes Cesar. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003, 301p.
- WICKLUND, Robert Arnold. *Freedom and Reactance*. Oxford: Lawrence Erlbaum, 1974, 205p.
- WEBERT, Jordan. *Essai de métaphysique thomiste*. Paris: Revue des Jeunes, 1927, 400p.